



**TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO
(COMPRAS)**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO
PAULO**

CAMPUS REGISTRO

PREGÃO Nº/2018

(Processo Administrativo n.º 23436.000445.2018-11)

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de equipamentos e utensílios para o restaurante estudantil, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - Campus Registro.

--

O presente documento tem por objeto a Aquisição de Equipamentos Diversos, Mobiliário em Geral, Máquinas e Utensílios Domésticos para o Restaurante Estudantil, do IFSP Campus Registro, localizado na Avenida Clara Gianotti de Souza, nº 5180, Bairro Agrochã- Registro .

Utensílios					
Item	Descrição	Qtde	Unid	Valor unit.	Valor Total
1	BACIA PLÁSTICA, REDONDA, EM MATERIAL VIRGEM DE PRIMEIRA QUALIDADE, MODELO CANELADA, REFORÇADA, 165X400MM (APROXIMADAMENTE), CAPACIDADE ENTRE 12 ATÉ 15 LITROS, NA COR BRANCA.	4	PÇ	R\$ 13,86	R\$ 55,44
2	CUBA GASTRONÔMICA BUFFET 1/1, 100MM MEDINDO APROXIMADAMENTE 53X32,5, EM AÇO INOX AISI 304, COM CAPACIDADE PARA NO MÍNIMO 14 LITROS, COM TAMPA E COM ALÇA	6	PÇ	R\$ 149,32	R\$ 895,92
3	PENEIRA, LINHA DOMÉSTICA, EM AÇO INOX, PODE CONTER CABO PLÁSTICO EM POLIPROPILENO, TAMANHO APROXIMADAMENTE 16 CM	3	PÇ	R\$ 20,81	R\$ 62,43
4	PENEIRA, LINHA DOMÉSTICA, EM AÇO INOX, PODE CONTER CABO PLÁSTICO EM POLIPROPILENO, TAMANHO APROXIMADAMENTE 14 CM	3	PÇ	R\$ 14,94	R\$ 44,82
5	JAQUETA TÉRMICA PARA CÂMARA FRIA, MANGA LONGA, COM CAPUZ, FECHAMENTO EM VELCRO E BOTÕES PLÁSTICOS DE PRESSÃO. PARA BAIXAS TEMPERATURAS DE ATÉ -35°C E COM C.A ATIVO COR A DEFINIR	4	PÇ	R\$ 87,32	R\$ 349,28

6	JOGO DE MANTIMENTOS, PLÁSTICO RESISTENTE, TRANSPARENTE, COM TAMPA DE ROSCA, COMPOSTO DE 5 PEÇAS (POTES) TAMANHOS APROXIMADOS DE 22CM, 20CM, 18CM, 16CM, 14CM DE DIÂMETRO.	3	JOGOS	R\$ 80,25	R\$ 240,75
7	PANELA DE PRESSÃO, MODELO INDUSTRIAL, EM ALUMÍNIO REFORÇADO COM ESPESSURA MÍNIMA DE 4,0 MM, CAPACIDADE ENTRE 11 ATÉ 13 LITROS, COM ALÇAS DE BAQUELITE NA TAMPA E NA PANELA, TAMPA COM FECHAMENTO EXTERNO, POSSUI SISTEMA ESPECIAL DE SEGURANÇA E VÁLVULA REGULADORA DE PRESSÃO, APROVADA PELO INMETRO.	2	PÇ	R\$ 301,66	R\$ 603,32
8	PANELA DE PRESSÃO, MODELO INDUSTRIAL, EM ALUMÍNIO REFORÇADO COM ESPESSURA MÍNIMA DE 4,0 MM, CAPACIDADE ENTRE 20 ATÉ 22 LITROS, COM ALÇAS DE BAQUELITE NA TAMPA E NA PANELA, TAMPA COM FECHAMENTO EXTERNO, POSSUI SISTEMA ESPECIAL DE SEGURANÇA E VÁLVULA REGULADORA DE PRESSÃO, APROVADA PELO INMETRO.	2	PÇ	R\$ 311,81	R\$ 623,62
9	PLACA DE POLIETILENO PARA CORTE, ATÓXICA COM ADITIVO ANTIBACTERICIDA, ANTIDERRAPANTE, BORDAS ARREDONDADAS, FÁCIL HIGIENIZAÇÃO E RESISTENTE A PRODUTOS QUÍMICOS MEDINDO 50X30X1,5 NA COR BRANCA	15	PÇ	R\$ 75,22	R\$ 1128,30
10	TERMÔMETRO DIGITAL INFREVERMELHO, FAIXA DE MEDIÇÃO MÍNIMA DE -30°C A +380°C, MIRA A LASER, COM CERTIFICADO DE CALIBRAÇÃO ATIVO, IGUAL OU SUPERIOR À DELLT	1	PÇ	R\$ 203,50	R\$ 203,50
SUBTOTAL I - UTENSÍLIOS					R\$ 4.207,38

EQUIPAMENTOS					
Item	Descrição	Qtde	Unid	Valor Unit.	Valor Total
11	FOGÃO INDUSTRIAL A GÁS, COM 4 BOCAS, NO MÍNIMO DOIS QUEIMADORES DUPLOS, ALTURA 80CM, GRELHA REFORÇADA COM NO MÍNIMO 30X30 EM FERRO FUNDIDO, TOTALMENTE DESMONTÁVEL, ESTRUTURA REFORÇADA EM CHAPA DE AÇO CARBONO #14 (2MM), PERFIL 10 CENTRO, MEDIDAS 0,75X0,95X0,85 (APROXIMADAMENTE), COM FORNO.	1	PÇ	R\$ 1.375,32	R\$ 1.375,32

12	REFRIGERADOR VERTICAL 4P. REVESTIMENTO EM AÇO INOX E INTERNO EM AÇO GALVANIZADO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 1.40X80X2.00, COM UM NÍVEL DE PRATELEIRA GRADEADA POR PORTA, REFRIGERAÇÃO AR FORÇADO COM SERPENTINA ALETADA, CONTROLADOR ELETRÔNICO PARA DEGELO AUTOMÁTICO E CONTROLE DE TEMPERATURA, RESISTÊNCIA NOS QUADROS DE PORTAS, TEMPERATURA +1º A +7ºC, 4 NÍVEIS DE PRATELEIRAS ARAMADAS, REGULÁVEIS + ESTRADO, 220V.	1	PÇ	R\$ 5.267,12	R\$ 5.267,12
SUBTOTAL II - EQUIPAMENTOS					R\$ 6.642,44
TOTAL GERAL					R\$ 10.849,82

- 1.2. *Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.*
- 1.3. *Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.*
- 1.4. *Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º do Decreto n. 8.538, de 2015.*
- 1.5. *Para os itens que se enquadrem como máquinas e aparelhos consumidores de energia, que estejam regulamentados no âmbito do Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE), será exigido oferta de produto com classe de eficiência "A" na Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) vigente no período da aquisição.*

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. Considerando a obrigatoriedade de fornecimento de alimentação para os estudantes do ensino básico, a presente contratação justifica-se para atender aos alunos e a viabilidade de produção de refeições no restaurante, visto que são necessários equipamentos e utensílios para a adequada produção das refeições.

2.2. O objetivo é a aquisição de equipamentos, máquinas e utensílios domésticos para equipar o Restaurante Estudantil do campus Registro do IFSP, afim de proporcionar ao local equipamentos adequados para a produção das refeições.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do parágrafo único, do artigo 1º, da Lei nº 10.520, de 2002 e do Decreto nº 5.450 de 31 de maio de 2005.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados da data de envio da nota de empenho, em remessa única, no seguinte endereço Av. Clara Gianotti de Souza, 5.180 - Bairro Agrochá.

4.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia;;

6.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

6.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. CONTROLE DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

10.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

10.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

10.1.3. fraudar na execução do contrato;

10.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

10.1.5. cometer fraude fiscal;

10.1.6. não mantiver a proposta.

10.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

10.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

10.3. multa moratória de **0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;**

10.3.1. multa compensatória de **10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;**

10.3.2. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

10.3.3. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

10.3.4. impedimento de licitar e contratar com a União com o conseqüente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

10.3.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

10.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

10.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

10.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

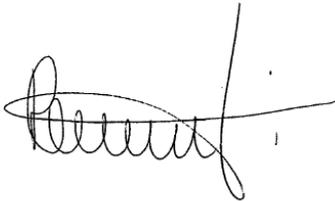
10.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Município de Registro, 16 de janeiro de 2019.



Juliana Cesario Aragi

Nutricionista



Heleni Sousa Dos Santos Ferreira

Diretora Adjunta de Educação